



## TRIBUNAL SUPREMO

### ACÓRDÃO

PROC. N.º 606/04

NO TRIBUNAL SUPREMO, OS JUÍZES DA CÂMARA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO, ACORDAM EM CONFERÊNCIA, EM NOME DO POVO:

[REDACTED], 47 anos de idade e residente no Bairro [REDACTED], propôs e fez seguir contra [REDACTED], solteira, maior, residente no Bairro [REDACTED], uma "Acção Declarativa com processo ordinário" (sic), com os fundamentos que a seguir se resumem:

1º

Autora e Ré habitam moradias que fazem parte do mesmo prédio, estando a A. a residir no 1º Andar e a Ré no rés-do-chão, tendo entre ambas estalado um litígio cujo objecto é uma parte do quintal, que embora tenha sido utilizado por ambas as famílias, faz parte do espaço pertencente à residência ocupada pela A.

2º

O espaço em litígio tinha uma divisória que o separava do espaço pertencente às outras moradias, divisória essa que a A. mandou partir, a pedido da mãe de Ré para possibilitar que o seu companheiro entrasse com o seu automóvel e tivesse fácil acesso ao interior da residência.

3º

Em 2002 a A. apercebeu-se que o Ré pretendia vender a residência incluindo o espaço em litígio, razão pelo qual a A. chamou atenção da Ré



## TRIBUNAL SUPREMO

para assim não proceder e comunicou-lhe que pretendia repor a divisória na porção que lhe correspondia e fazer ali uma lavandaria.

4º

A partir dessa altura as relações entre ambos deterioram-se de tal forma que a A. teve de recorrer aos órgãos competentes do Governo (Secretaria da Habitação e Governo Provincial) para resolver a contenda e, apesar das opiniões contraditórias de especialistas, a Direcção Nacional de Gestão Imobiliária da Secretaria de Estado da Habitação, acabou por atribuir o espaço à Ré, quando a Autora está plenamente convencida que o espaço é seu.

Terminou requerendo:

- a) Que, se declare o direito da A. à posse do espaço em litígio, como parte da moradia.
- b) Que, a Ré seja condenada a repor o tanque e a areia que a A. perdeu por sua culpa ou a fazer a entrega do valor correspondente em dinheiro.
- c) Que, a Ré seja condenada a pagar à A. a quantia de Kz. 45.500,00, a título da indemnização pelos danos morais que lhe causou.
- d) Que, a Ré seja condenada nas custas e demais encargos do processo.

Juntou 29 documentos.

Citada para contestar, veio a Ré fazê-lo por excepção, impugnação e reconvenção.



## TRIBUNAL SUPREMO

Por excepção, alegou erro na forma de processo por não se saber se a A. intentou uma acção de condenação ou possessória e ilegitimidade da A. porque o imóvel é do Estado, acha-se arrendado a outra pessoa que não a A., pessoa essa que não é mais do que simples companheiro da A.

Por impugnação aduziu :

Que, o quintal em litígio sempre foi utilizado pela Ré, sendo que a A. que vive no andar de cima, faz toda a sua vida doméstica em sua casa, onde existe estruturas para faxina (tanque, fio para roupa, etc).

- Que, a divisória a que a A. faz referência nunca existiu e se alguma vez o companheiro da A. utilizou o quintal para parque do carro, fê-lo com o consentimento da falecida mãe da Ré mas este gesto de solidariedade durou pouco tempo.

- Que, o litígio sobre o quintal acabou por ir parar às Instâncias competentes do Governo por iniciativa da A. mas o órgão competente, a Direcção Nacional da Gestão Imobiliária, concluiu, que o espaço é pertença exclusiva da Ré.

- Em Reconvenção a Ré referiu que a A. danificou um tanque de lavar roupa, desapareceram três anéis durante uma briga entre os familiares do ambos e provocaram graves lesões corporais a um familiar seu.

Terminou requerendo:

- Que, sejam julgados procedentes a excepções suscitadas ou, se assim se não entender, seja a acção julgada improcedente e a Ré absolvida do pedido.

- Que, seja julgado procedente e provado o pedido reconvenicional condenando-se a A. a pagar à Ré uma indemnização a apurar-se em execução de sentença.



## TRIBUNAL SUPREMO

Juntou 4 documentos.

A Autora replicou a fls. 57, rebatendo as excepções suscitadas pela Ré e, no mais, manteve o aduzido na petição.

Seguidamente, o Juiz "*a quo*" proferiu sentença na qual absolveu a Ré da Instância por ineptidão da petição inicial.

Inconformada com a sentença e sem apresentar requerimento de interposição de recurso, apresentou alegação sintetizada nas conclusões seguintes que transcrevemos "*ipsis verbis*":

- Porque não se deve considerar inepta a petição inicial nos termos do disposto no artigo 193.º, n.º 2 do C.P.C. não havendo, portanto, fundamento para a absolvição da Ré da Instância.
- Porque o disposto no art. 311.º e no art. 315.º sobre a fixação do valor da causa não se aplica à presente acção.
- Porque foram estes os fundamentos e as disposições legais apontadas para sustentar a decisão proferida na douda sentença.

Terminou requerendo que se altere a decisão recorrida condenando-se a Ré no pedido.

Nesta Instância o Digno Magistrado do M.º P.º emitiu parecer no qual expende: que o recurso foi irregularmente interposto; que o doc. de fls. 89 não parece ser um requerimento da interposição de recurso nem se lhe afigura ser alegações; que a irregularidade da petição inicial devia ter sido vista no início do processo e não como aconteceu e que julga existir erro na forma de processo já que tudo indica tratar-se de restituição de posse.



## TRIBUNAL SUPREMO

Correram os visto legais.

Importa, agora, apreciar e decidir.

O presente recurso tem como objecto a decisão proferida no Tribunal recorrido e que declarou inepta a petição inicial, sustentando a Autora que o mesmo não deve ser tida por inepta.

Não tem a Autora a razão de seu lado.

Da análise da petição inicial facilmente se alcança que ela foi elaborada com total ausência do rigor jurídico-processual que lhe é exigível, contendo deficiências de carácter substancial que irremediavelmente comprometem a sua finalidade, por a Autora não indicar correctamente o efeito jurídico que pretende obter com a acção, nem o facto concreto que lhe serve de fundamento fazendo-o, antes, de forma vaga e genérica.

Com efeito, estando em litígio uma parcela que a Autora diz ser parte integrante do imóvel que seu companheiro detém a posse por contrato de arrendamento que celebrou com a Secretaria de Estado da Habitação, e estando essa parcela ocupada por outrem contra sua vontade, o meio processual adequado para reaver a parcela esbulhada, é a da acção de restituição da posse e não a acção declarativa de condenação como pretende.

Além disso, não sendo a A. casada com o inquilino do imóvel nem tendo a União de facto reconhecida, não pode, *"de per si"*, vir a Juízo formular qualquer pedido relacionado com um bem em nome daquele seu companheiro.



## TRIBUNAL SUPREMO

A Autora só poderia fazê-lo, se o seu companheiro lhe conferisse poderes para o representar atendendo à sua impossibilidade física. A Autora só poderia propor a presente acção, em nome e em representação do companheiro e não em nome pessoal como o fez, dado que a União marital existente entre ambos não se acha reconhecida legalmente.

Assim sendo é a Autora, efectivamente, parte ilegítima na acção e existe erro na forma do processo.

Não deixamos também de chamar a atenção do Mm.<sup>o</sup> Juiz "*a quo*" por ter deixado prosseguir os autos até à fase em que chegaram, quando a petição lhe revelava, à partida, não possuir condições técnicas processuais para atingir os fins almejados.

Deveria, à partida, convidar a Autora a corrigir ou a aperfeiçoar a petição e não realizar o trabalho inglório que culminou com a ineptidão da petição.

Aliás, a fase em que o processo se achava não permitia ao julgador proferir uma "sentença" como tal considerada, mas aquilo a que em linguagem jurídico-processual só designa por "saneador sentença".

Além disso, a Autora não requereu a interposição do recurso, mas foi-lhe permitido apresentar alegações nos termos como o fez, vindo a admitir-se o recurso em momento posterior (v.<sup>o</sup> fls. 102).

Reconhecemos o excesso de trabalho existente na 1<sup>a</sup> Secção e o empenho do Mm.<sup>o</sup> Juiz em resolver as questões que lhe são colocadas pelos pleiteantes, mas as regras processuais são para ser respeitadas, tal qual elas se nos apresentam.



## **TRIBUNAL SUPREMO**

No mais, estamos em concordância com a decisão proferida, porquanto, a petição inicial para além das excepções acima apontadas, enferma dos vícios referidos na douta decisão.

**Pelos fundamentos expostos, acordam os desta Câmara, em negar provimento ao recurso confirmando a decisão recorrida.**

**Sem custas.**

**Luanda, aos 15 do Abril de 2005.**

**André Silva Neto**

**Belchior Samuco**

**Tobias Epalanga**